



RELISE EDITORIAL

As discussões que invariavelmente se relacionam à cadeia empreendedora serão sempre motivo de estímulo no âmbito das publicações regulares. Neste sentido, tendo como escopo o tema empreendedorismo e como título da Edição Especial “Políticas Públicas de Estímulo ao Empreendedorismo”, a RELISE – Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo tem a satisfação de contribuir para a ampliação das perspectivas teóricas e empíricas vinculadas à temática, a partir de trabalhos que foram objeto da nossa melhor análise e consideração.

A intenção de fomentar as experiências no campo das Políticas Públicas voltadas para a iniciativa empreendedora se reveste da necessidade de buscar alternativas plausíveis e conceituais capazes de permitir a apreensão, por parte de leitores, especialistas, estudiosos, curiosos e gestores públicos, sobre o papel do empreendedorismo num contexto socioeconômico em permanente modificação.

A dinâmica do mundo moderno impõe a todos um olhar mais atento às transformações, às dificuldades e às oportunidades, restando ao corpo acadêmico a promoção legítima e responsável dos meios necessários e suficientes visando a facilitar a dialética entre sociedade, mercado e academia, no que diz respeito às reais possibilidades de contornar os problemas e produzir formas de aquecer a economia e, portanto, enriquecer e potencializar os campos sociais e culturais de uma dada região.

A RELISE apoiará todos estudos que contemplarem perspectivas que estejam atentas à historicidade do empreendedorismo, sem, todavia, descolar-se das repercussões práticas e contemporâneas que visarem ao estímulo da iniciativa empreendedora como segmento capaz de contribuir para o



RELISE

2

equacionamento de muitos problemas que o mundo globalizado vivencia no século XXI.

Por isso, a RELISE admite, na medida em que se oferece como um espaço democrático e inclusivo para o debate e para as réplicas epistemológicas, todas as formas do pensar, tendo sempre como princípio que a compreensão sobre o empreendedorismo precisa ser, como ponto de partida, a sede dos mais variados saberes e realidades sociais.

Nesse sentido, o presente número traz para o público leitor sete textos que contribuem para a compreensão e avanço do conhecimento no que se refere a diversos aspectos da ação política, seja na esfera pública ou privada, de estímulo às atividades empreendedoras.

O primeiro artigo é de autoria de Marco Antonio Catussi Paschoalotto, João Henrique Paulino Pires Eustachio, João Luiz Passador e Dante Pinheiro Martinelli. Sob o título **A importância das políticas públicas de incentivo aos arranjos produtivos locais: um estudo exploratório do programa de fomento aos arranjos produtivos locais do estado de São Paulo**, os autores trazem para a reflexão um estudo sobre a política pública de fomento aos APLs no Estado de São Paulo, em que exploraram e caracterizaram este fomento, apontando melhorias que são necessárias ao mesmo.

Ecosistemas empreendedores e políticas públicas: uma primeira aproximação de Rafael Stefenon e Sérgio Ricardo Veríssimo Thom é o segundo artigo que integra este número. Nele, os autores discutem as principais diferenças entre os conceitos de Sistemas de Inovação e Ecosistemas Empreendedores, enfatizando o papel da política pública em ambos os tipos de arranjos institucionais. Junto com o primeiro artigo, permitem uma visão ampliada da forma como a literatura tem evoluído no tratamento de concentrações geográficas de atividades empreendedoras.



RELISE

3

Fábio de Oliveira Silva discorre no ensaio **Jogo da força: desnaturalizar o empreender**, em uma abordagem crítica, sobre o empreender como efeito de uma realidade econômica, social, política e cultural desigual no neoliberalismo e não como mera consequência natural e salutar. Em sua perspectiva, o autor salienta o papel vital do Estado na tentativa de reequilibrar as forças econômicas, políticas, culturais e sociais, no que diz respeito ao estímulo ao empreendedorismo.

A questão da eficiência das políticas públicas no campo do empreendedorismo é o foco do quarto artigo. Em **Eficiência das políticas públicas de empreendedorismo: uma avaliação pelo método de análise envoltória de dados no BRICS por meio do indicador GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*)**, Marcelo do Vale Neto e Rodrigo Lacerda Sales, identificaram e analisaram os índices de eficiência dos países que integram o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - comparando-os com os indicadores GEM. Além disso, os autores buscaram uma possível relação com os resultados econômicos e sociais medidos por meio do PIB *per capita* e do IDH de cada país.

Impactos do PNAE para o empreendedor familiar rural brasileiro é uma contribuição de Daiane Martins Teixeira, Caio Araújo Peixoto, Daniel do Prado Pagotto e Cândido Vieira Borges Junior para este dossiê. Na forma de ensaio teórico, no texto os autores procuram identificar os impactos do PNAE sobre o empreendedor familiar rural. Além disso, apontaram que algumas características do município e sua gestão podem exercer um papel moderador na relação entre o PNAE e o empreendedor, podendo contribuir para melhorar o perfil dos impactos do programa nos empreendedores rurais.

Alexandre Dal Molin Wissmann, Jair Jeremias Junior, Jhony Pereira Moraes e Arthur Gehrke Martins Andrade são os autores de **As marcas do gênero na carreira do microempreendedor individual (MEI)**. O texto



RELISE

4

apresenta diferenças significativas entre mulheres e homens que adotaram o enquadramento nessa figura criada em 2008 no contexto brasileiro. Os resultados do estudo empírico sugerem um olhar diferenciado para as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo que não podem deixar de considerar essas diferenças relacionadas ao trabalho de mulheres e homens enquanto microempreendedores individuais.

Por fim, em uma revisão de literatura intitulada **Indicadores de inovação tecnológica para seleção de startups em ecossistemas de inovação: uma revisão bibliográfica**, Daniel de Souza Valoto e Márcia Ramos May contribuem para a discussão desta temática, salientando a inexistência de indicadores desta natureza no contexto de *startups* que possam auxiliar nos processos seletivos que visam a escolher aquelas empresas nascentes que serão objeto de apoio público ou privado.

Desejamos a todos, uma prazerosa leitura.

Jairo de Carvalho Guimarães¹
Fernando Antonio Prado Gimenez²

¹ Universidade Federal do Piauí. jairoguimaraes@ufpi.edu.br

² Universidade Federal do Paraná. relise2016@gmail.com